

Belo Horizonte

A imagem da metrópole nas páginas da revista *Alterosa* (1939-1945)

Belo Horizonte: the image of the metropolis in the pages of *Alterosa* magazine (1939-1945) /
Belo Horizonte: la imagen de la metrópolis en las páginas de la revista *Alterosa* (1939-1945)

Gelka Arruda de Barros

Doutora em Estudos do Lazer pela
Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG), Brasil.

gelkabarros@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar e analisar as estratégias discursivas presentes na revista *Alterosa*, no intuito de compreender a construção da imagem da cidade de Belo Horizonte, entre 1939 e 1945, durante a vigência do Estado Novo. Por meio da análise, conclui-se que os discursos publicados sobre a capital mineira indicavam traços de conformação de uma sensibilidade considerada moderna.

Palavras-chave: Belo Horizonte; revista *Alterosa*; Estado Novo; americanismo.

ABSTRACT

This article aims to present and analyze the discursive strategies present in the magazine *Alterosa*, to understand the construction of the image of the city of Belo Horizonte, between 1939 and 1945, during the Estado Novo period. Through the analysis, it is concluded that the discourses published about the capital of Minas Gerais indicated traces of conformation of a sensibility considered modern.

Keywords: Belo Horizonte; *Alterosa* magazine; Estado Novo; americanism.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar y analizar las estrategias discursivas presentes en la revista *Alterosa*, con el fin de comprender la construcción de la imagen de la ciudad de Belo Horizonte, entre 1939 y 1945, durante el período del Estado Novo. Por medio del análisis, se concluye que los discursos publicados sobre la capital de Minas Gerais indicaron trazos de conformación de una sensibilidad considerada moderna.

Palabras clave: Belo Horizonte; revista *Alterosa*; Estado Novo; americanismo.

Introdução

No início dos anos 1940, Belo Horizonte vivenciava um intenso processo de transformação. Vários elementos contribuíram para o florescimento de uma nova dinâmica sociocultural na cidade, tais como a verticalização do centro da cidade, a diversificação do comércio, a urbanização da área suburbana e a ampliação da sua infraestrutura, a construção da Cidade Industrial e a criação e reorganização de aparelhos sociais, econômicos e culturais. O contexto nacional estava marcado pelo projeto nacionalista e intervencionista do Estado Novo e pelo estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos por meio da chamada “política da boa vizinhança”, que objetivava obter o alinhamento do país ao esforço de guerra norte-americano. Esse cenário propagandístico era composto principalmente pelos meios de comunicação de massa, como o rádio e o cinema, que irradiavam a cultura norte-americana como referência de modernidade. A imprensa foi igualmente importante, pois oferecia ao leitor novos códigos de civilidade, estabelecendo a ordem usual das coisas e modos de viver, fazendo circular no espaço público uma infinidade de informações sobre educação, trabalho, tempo do não trabalho e consumo, que consubstanciavam a subjetividade do indivíduo urbano (Padilha, 2000, p. 25).

A principal característica das primeiras décadas da imprensa belo-horizontina era a efemeridade das publicações. Embora fosse uma atividade intensa e de grande diversidade na cidade, marcada pelo associativismo e por práticas político-partidárias, a maioria das iniciativas não passava do terceiro exemplar. O ambiente socioeconômico da pouca população refletia o fraco comércio e a indústria incipiente, não apresentando condições para o estabelecimento de um mercado editorial (Castro, 1995, p. 26). Belo Horizonte foi uma cidade planejada, diferentemente do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e de São Paulo. Fundada em 12 de dezembro de 1897, em suas primeiras décadas o espaço físico da capital mineira era monumental para uma população ainda pouco volumosa. Porém, o cenário da imprensa local se modificou ao longo da década de 1930, acompanhando o adensamento populacional da cidade, cuja população aumentou de 55.563 para 211.377 entre 1920 e 1940, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1957, p. 27), momento em que iniciou, gradativamente, seu processo de profissionalização (Castro, 1995; Pereira, 2009).

A *Alterosa* foi uma revista ilustrada mineira, lançada em agosto de 1939 pelo jornalista Olímpio de Miranda e Castro. Publicação de caráter literário e noticioso, com frequência mensal, entre suas seções figuravam principalmente contos e crônicas, entremeados por reportagens econômicas, políticas e sociais

sobre o estado de Minas, notas sociais, humor, poesia, passatempos, entretenimento como o rádio e o cinema, prescrições sobre saúde, beleza, moda e anúncios publicitários. Em 1943, passou a apresentar sumário e, em 1945, adotou o slogan “Para a família do Brasil”, alterado para “A revista da família brasileira” em 1959, quando foi vendida a Magalhães Pinto, que se tornou governador de Minas Gerais em 1961. Colaboraram com a revista, entre 1939 e 1964, intelectuais como Djalma Andrade, Henriqueta Lisboa, Olga Obry, Fernando Sabino, Jorge Amado, Fernando Gabeira e outros (Barros; Fortes, 2021). Em suas capas figuravam as senhorinhas da sociedade mineira (Figura 1), em retratos coloridos, indicando o perfil editorial da publicação cuja centralidade era a família, embora não fosse uma revista dirigida especificamente ao público feminino. Ricamente ilustrada, continha numerosos clichês fotográficos, tendo em média mais de cento e vinte páginas (entre 1939 e 1945), com formato aproximado de 20 x 30 cm. A diagramação, em seus anos iniciais, não era padronizada, passando por diversas modificações, e sua distribuição contava com vendas avulsas em Belo Horizonte, interior de Minas Gerais e Rio de Janeiro (DF), além de assinaturas anuais nessas regiões e em países da União Postal Pan-americana.¹ A *Alterosa* alcançou projeção nacional em torno de 1948, quando sua tiragem atingiu 30 mil exemplares.²



Figura 1 – Capa da primeira edição da revista *Alterosa*.
Fonte: *Alterosa*, ano I, n. 1, agosto de 1939, capa

1 Criada em 1911, reunindo o Brasil e outros países latino-americanos.

2 *Alterosa*, ano X, n. 101, set. 1948, p. 1.

Em 1941, podia-se ver nas páginas da *Alterosa* a inquietação com a imagem da capital mineira. Em editorial, Miranda e Castro conclamava o poder público, nas figuras do prefeito e do governador, das entidades de classe, dos clubes e associações esportivas, além dos leitores, a “elevar e engrandecer o nome de nossa capital, tornando-a conhecida e admirada em todo o país, através de suas esplêndidas realizações culturais e econômicas, e em toda a amplitude de sua avançada civilização”.³ O movimento iniciado pela União dos Varejistas de Minas Gerais, visava, por meio da propaganda, mudar a imagem de Belo Horizonte dentro e fora do estado. Segundo o texto, ainda persistia em “grande parcela” da população mineira, que vivia em pontos afastados da região central, a ideia de que a cidade não passava de um “Curral del Rei melhorado” e, no Rio e em São Paulo, para muitos, a cidade não passava de “um grande arraial”, não restando dúvida de que “a capital não era conhecida”. Essa foi então a proposta editorial da *Alterosa*, cujo corpo diretor e redator, representados pela elite intelectual e econômica da cidade, assumiu para si a responsabilidade de propagar uma nova imagem de Belo Horizonte (Barros; Fortes, 2021). A partir de 1942, a *Alterosa* construía a imagem de uma capital moderna prestes a debutar, difundindo ideias e comportamentos que matizavam os símbolos eleitos por suas elites para a representação da cultura mineira no estado e no país.

Diante da circulação da revista em um importante contexto histórico, buscou-se, neste artigo, identificar e analisar, em suas estratégias discursivas, as representações político-econômicas, ideológicas e estéticas definidas para a construção da imagem da cidade de Belo Horizonte. Ainda que a publicação seja rica em ilustrações e fotografias, optou-se pela abordagem direta de seus textos, privilegiando a apresentação e a discussão das fontes primárias. Para tanto, foram analisados, sistematicamente, todos os 68 exemplares publicados entre 1939 e 1945 e disponíveis no acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Os dados selecionados foram provenientes de reportagens políticas, econômicas e sociais, editoriais da revista, notas, além de anúncios publicitários. A análise identificou os valores e os comportamentos eleitos para a representação do moderno através dos discursos e das práticas sociais, entendendo que esses manifestam e produzem sentidos de forma a revelar os interesses político-econômicos e ideológicos de determinados grupos na arena cultural.

3 Miranda e Castro, Olímpio de. A propaganda de Belo Horizonte. *Alterosa*, ano III, n. 23, out. 1941, p. 37.

A definição do recorte temporal deste trabalho justificou-se por esse período cobrir uma época rica em transformações econômicas, sociais e principalmente culturais. Em aproximadamente quarenta anos após sua fundação, Belo Horizonte passou por um segundo processo de modernização, no qual destacou-se a atuação de Juscelino Kubitschek na prefeitura da capital, entre 1940 e 1945, pelo amplo conjunto de reformas realizadas, e por associar, no plano político, o moderno ao modelo desenvolvimentista. De acordo com Heloisa Maria Murgel Starling (2002, p. 35), esse modelo, ao materializar as obras planejadas, buscou

alterar radicalmente valores, critérios, costumes e instituições tradicionais, atingir o maior número possível de pessoas e tentar inculcar, em cada morador da cidade, a convicção de que ser moderno, antes de mais nada, significa viver integralmente o tempo presente.

Assim, apresento as transformações urbanísticas e econômicas ocorridas em Belo Horizonte que acarretaram o desenvolvimento de uma nova dinâmica social na cidade. Em seguida, demonstro que esse processo foi notadamente marcado pelo americanismo e pelo desenvolvimentismo nacionalista do Estado Novo, expressando o que se considerava um espírito moderno.

A transformação do espaço urbano e a nova dinâmica social de Belo Horizonte

Ao longo dos anos de 1939 a 1945, diversos elementos auxiliaram a construção da imagem de Belo Horizonte. A reurbanização e a verticalização crescente da capital eram motivo de orgulho:

A magnífica capital dos mineiros, ao completar 44 anos, não é mais a “cidade vergel” – a época do cimento e do ferro – grandes arranha-céus e obras gigantescas de saneamento – a eloquência das estatísticas e o assombroso progresso material da cidade – onde se encontram a obra da natureza e a mão do homem.⁴

A cidade arborizada dava lugar aos grandes edifícios, o cenário urbano se transformava pelo uso avançado da técnica e pela melhoria das condições sanitárias da população. De acordo com Cintia Arreguy e Raphael Ribeiro (2008, p. 12), a partir de 1940, o crescimento de Belo Horizonte deveu-se à expansão das

⁴ Belo Horizonte espelha a intensidade da vida de hoje em Minas Gerais. *Alterosa*, ano IV, n. 22, jan. 1942, p. 74.

indústrias. A área central que concentrava praticamente toda a infraestrutura da cidade estava quase totalmente ocupada e, por isso, a expansão se fez “para cima”, pelos arranha-céus. O crescimento das obras municipais e estaduais, juntamente à verticalização da cidade, iniciada em 1937 (Chacham, 1996), e a construção da Cidade Industrial, tangenciavam a consolidação da imagem da cidade moderna. A Cidade Industrial significou uma nova etapa na economia de Minas Gerais: “Não será difícil prever o brilhante surto industrial que nos está reservado, para muito breve”.⁵ A produção industrial de grande porte demonstrava a evolução material da cidade, antes centrada no comércio e nas pequenas indústrias.

As obras que atestavam materialmente as transformações vividas pela sociedade faziam parte de uma nova visão política que, segundo a *Alterosa*, devia-se à mudança de um velho hábito dos administradores do estado, de governar beneficiando sua região de nascimento, o que a revista dizia ter acabado nos últimos dez anos, sob o governo de Benedito Valadares, que cuidava “igualmente de todos os municípios, sem mostrar preferência por qualquer região do estado”.⁶ Apesar do comentário abranger Minas Gerais, a matéria tratava da capital e, de forma contraditória, apontava que ela teria recebido do interventor uma “atenção especial merecida e justa”, que transformou sua fisionomia, pois atacou seus problemas com o objetivo de torná-la “uma verdadeira metrópole de civilização e de progresso, um legítimo motivo de vaidade para os mineiros!”⁷ “um centro de vida, de atividade, de trabalho intenso, em nada inferior a qualquer outra metrópole americana”.⁸ Observa-se que o enfrentamento dos problemas da capital e sua transformação em uma metrópole civilizada justificava priorizá-la entre outros municípios mineiros, pois, como capital do estado, ela representava todos os mineiros. Em 1944, parecia não restar dúvida de que Belo Horizonte tinha alcançado seu sonho de modernidade:

Houve períodos de atividade brilhante e fases de estagnação. De 1914 a 1918, por exemplo, durante o período da primeira conflagração mundial, quase nada se fez. E em verdade, o período áureo de Belo Horizonte deve ser assinalado no último decênio. Quem mora aqui sabe disso. Foi nestes últimos dez anos que o progresso local adquiriu um “elan” nunca visto.⁹

5 Ultimam-se os trabalhos da Cidade Industrial de Belo Horizonte. *Alterosa*, ano VI, n. 46, fev. 1944, p. 65.

6 O aniversário da capital. *Alterosa*, ano VI, n. 56, dez. 1944, p. 93.

7 O aniversário da capital. *Alterosa*, ano VI, n. 56, dez. 1944, p. 93.

8 O aniversário da capital. *Alterosa*, ano VI, n. 56, dez. 1944, p. 92.

9 O aniversário da capital. *Alterosa*, ano VI, n. 56, dez. 1944, p. 92.

Essa citação mostrava a alternância de períodos de muita e pouca atividade urbanística na cidade ao longo de seus quarenta e poucos anos de história. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a recessão econômica provocou a ruptura no processo de desenvolvimento de Belo Horizonte. O esgotamento da oferta de energia elétrica foi um dos principais obstáculos ao processo emergente de industrialização. Diante das dificuldades de importação de materiais, incluindo papel, as obras públicas e privadas ficaram praticamente paralisadas. Após a guerra, o ritmo de crescimento da capital foi retomado, a indústria mineira de pequeno porte diversificou-se, com a instalação de fábricas de equipamentos para panificação, indústria alimentícia, farmacêutica e de mobiliário (Pereira, 2009, p. 62-63). É perceptível que a ideia de moderno estava acompanhada pela concepção do desenvolvimento contínuo e linear e que as pausas nesse processo sustentavam essa impressão. A imagem da “verdadeira metrópole” fora construída pelo progresso material ininterrupto de seus últimos dez anos, engendrado pela busca de solução dos seus problemas de infraestrutura, industrialização e de equipamentos urbanos, econômicos e sociais.

O desenvolvimento da cidade e o crescimento da população ocasionou a reestruturação de equipamentos sociais por parte do governo estadual, como “a reorganização da Oficina Escola ‘Alfredo Pinto’ e da Granja Escola ‘João Pinheiro’”, que, segundo a revista, representou não só “uma magnífica contribuição à solução do nosso problema de menores desvalidos”, como também a ampliação dessa estrutura de amparo social por iniciativa da administração municipal:

O “Lar dos meninos”, a “Assistência popular municipal”, o “Restaurante da cidade”, e o “Hospital municipal”, grandiosos contornos de um programa de assistência efetiva às classes humildes da capital – no qual a antiga demagogia cedeu lugar às realizações práticas.¹⁰

As políticas públicas que envolviam o Lar dos meninos e instituições semelhantes, direcionadas às camadas populares, estavam associadas ao disciplinamento via aprendizado técnico para o trabalho. Ao menos até 1930, os “menores desvalidos” retratavam os resquícios do pensamento corrente que, segundo Eliane Lonardoní et al. (2006), compreendia a pobreza como disfunção individual e não como expressão social, sendo tratada, por isso, por meio de aparelhos repressivos. Essa visão não foi alterada tão facilmente (ainda hoje

10 O sentido humano de uma grande obra administrativa. *Alterosa*, ano VI, n. 52, set. 1944, p. 118.

ela é presente). De modo geral, a responsabilidade continuava sendo atribuída ao indivíduo, no caso, aos pais: “E nem sempre é a miséria a verdadeira causa de tudo isso. [...] Se chegou à conclusão de que a maior culpa desse triste espetáculo cabe aos vícios e à indolência dos pais desses seres infelizes”.¹¹ Sob a lógica da produtividade e da eficiência capitalista, era pelo trabalho que se corrigia o caráter e se recuperava a força de produção para o progresso da pátria. Essa correção dizia respeito a disciplinar para o trabalho, de modo a forjar um trabalhador despolitizado, produtivo e provedor da família. Segundo Anna Cristina Figueiredo (1998), com a educação dos hábitos e a reordenação do cotidiano dos trabalhadores promovida pela tutela paternalista do Estado Novo, “esperava-se que os trabalhadores se adequassem às exigências do sistema, o que incluía despertar neles o desejo de escaparem de sua condição de classe” (p. 56).

Mediante a expansão capitalista e a pauperização da força de trabalho, os princípios da assistência social enquanto política de Estado surgiram no país a partir de 1938, com a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social e, posteriormente, em 1942, com a criação da Legião Brasileira de Assistência, ainda sob a lógica filantrópica proveniente das práticas de benemerência da sociedade civil e da caridade das instituições religiosas que se constituíram, ao longo do tempo, em uma política de seguridade social (Lonardoní et al., 2006). Assim, as políticas públicas dirigidas às camadas populares eram vistas como ações generosas e humanitárias, e não como dever do Estado em prover o mínimo das necessidades básicas do cidadão, apesar de serem apontadas como índice civilizatório.

Paralelamente às preocupações beneméritas, a reurbanização de áreas ocupadas demonstrava as contradições do projeto modernizador da capital. A criação do bairro de Lourdes foi apresentada pela revista como “o sintoma mais evidente da nossa vitalidade econômica, do surpreendente progresso da cidade que já ostenta o aspecto de um grande centro de vida ativa e civilizada”.¹² A citação referia-se à expansão da infraestrutura para os bairros da zona suburbana próximos à região central, como era o caso do bairro de Lourdes, ao mesmo tempo que apontava as lacunas sociais presentes no projeto da cidade. O traçado da planta geral demonstrava claramente a definição do espaço social da cidade, em que a zona urbana estava reservada à elite e à classe média, enquanto o subúrbio era destinado à classe popular. O projeto da capital elaborado por Araújo Reis dividia a cidade em três zonas – urbana, suburbana e rural –, sendo a área central

11 Montanhez, Raul. Elas representam valores para a pátria. *Alterosa*, ano VI, n. 50, jul. 1944, p. 43.

12 Um novo e aristocrático bairro que surge na capital. *Alterosa*, ano VI, n. 47, mar. 1944, p. 125.

delimitada por um *boulevard* de contorno, conhecido atualmente como Avenida do Contorno, que representaria a transição entre o urbano e o rural (Salgueiro, 2001). O espaço hierarquizado aludia aos princípios utopistas e higienistas¹³ e “em nome da tríade *salubridade, comodidade, embelezamento*” (Salgueiro, 1997, p. 155, grifos da autora), os equipamentos públicos, assim como a estrutura de transportes, saneamento, educação e saúde foram instalados na área central. Essa concentração originou o crescimento desordenado do subúrbio que não recebeu a mesma atenção do poder público e, de acordo com Arreguy e Ribeiro, “os bairros surgiram mesmo sem esses serviços. A desigualdade social fez aparecer vilas e favelas nos arredores desses bairros, mas também próximas aos bairros dentro da área central” (2008, p. 11).

Para a *Alterosa*, a urbanização da área suburbana mostrava o progresso material que a cidade vivenciava, e o bairro de Lourdes representava essa visão:

Onde há pouco se viam apenas sórdidas cafuas que, como por milagre, desapareceram da paisagem para dar lugar a mais um bairro aristocrático na nossa capital e iniciar, valentemente, a solução do nosso problema de habitação.¹⁴

O trecho indicava que o desalojamento das camadas populares que viviam próximas à região central para bairros mais distantes foi regido pelo princípio de higienização do espaço social suburbano, para a apropriação da elite e da classe média. Uma readequação ao projeto original da cidade, marcado pela hierarquização do espaço urbano. Os “lindos e moderníssimos palacetes” estavam sendo construídos “obedecendo a um plano de urbanismo e estético – novas ruas estão sendo abertas no coração da zona elegante da cidade”.¹⁵ Como é próprio dos processos de urbanização no capitalismo, a dimensão material da cidade se impunha pelo desejo expresso de uma minoria, alheia à vontade da maioria dos moradores.

A transfiguração da cidade ocasionou a mudança de percepção dos moradores, posto que o ritmo da vida na capital foi alterado, instituindo novas práticas cotidianas pelo fomento de novos códigos de conduta e de sociabilidade, na tentativa de forjar uma sensibilidade condizente com o que se julgava moderno.

¹³ Segundo Salgueiro (1997), Araújo Reis via a miséria como um obstáculo ao progresso moral e ao bem-estar social da humanidade, pois acreditava na relação direta entre o progresso da ciência e a evolução dos costumes.

¹⁴ Surge o novo bairro da capital. *Alterosa*, ano VII, n. 66, out. 1945, p. 113.

¹⁵ Surge o novo bairro da capital. *Alterosa*, ano VII, n. 66, out. 1945, p. 112.

Momento de internacionalização das trocas econômicas (Ortiz, 2001) e de expansão da cultura norte-americana na América Latina (Tota, 2000), a circulação de mercadorias foi ampliada na capital mineira pela diversificação do comércio local.

Um anúncio da Guanabara indicava o crescimento do consumo na cidade, uma vez que o “número crescente de fregueses” levou a loja de departamentos a ampliar seu espaço físico: “A Guanabara vê-se assim obrigada a ampliar o seu negócio e a ocupar os sobrados”.¹⁶ Roupas feitas, alfaiataria, artigos para senhoras e crianças, roupas de cama e mesa, chapéus, camisaria, calçados, artigos para sport e perfumaria mostravam um sortimento que orientava uma nova dinâmica social revestida pelo consumo simbólico. Maria Amaral de Andrade assevera a loja de departamento como força administrativa da esfera do consumo, sendo parte integrante do processo de disciplinamento do olhar e do comportamento do consumidor na modernidade (Andrade, 2008, p. 49).

As vitrines funcionam como palcos de exibição do que é para ser visto e desejado. O concurso de vitrines¹⁷ e a visita do prefeito Juscelino Kubitschek às mais “belas” vitrines da capital¹⁸ revelavam a tônica do projeto que se afirmava pela representação de um grupo social, aquele que poderia usufruir das benesses da modernidade. O olhar excitado encontra na vitrine da loja de departamento os objetos de desejo ordenados. O crescimento das forças produtivas exigia a adaptação para o modelo civilizatório que se instaurava, solicitando o desenvolvimento de habilidades sociais para lidar com o novo ambiente. Para isso, buscava-se inculcar novos hábitos referentes à esfera econômica, como a introdução do cheque: “O cheque é prático, higiênico e garantido”,¹⁹ e a regulação do comportamento da consumidora, sendo a mulher a figura central na ordem do consumo:

Quando lhe for dito que a marca que a senhora deseja não há no mercado, não é de boa qualidade ou custa mais caro que um produto similar desconhecido, não se iluda: o seu fornecedor não deseja servi-la lealmente. O industrial que anuncia comprova sua confiança no produto que fabrica e merece a sua preferência.²⁰

16 Guanabara. *Alterosa*, ano I, n. 1, ago. 1939, p. 8.

17 Concurso de vitrines. *Alterosa*, ano IV, n. 27, jun. 1942, p. 34.

18 O prefeito da capital visita as nossas mais belas vitrines. *Alterosa*, ano IV, n. 27, jun. 1942, p. 34.

19 Siga meu conselho. *Alterosa*, ano III, n. 17, ago. 1941, quarta capa.

20 *Alterosa*, ano VII, n. 66, out. 1945, p. 126.

A nota sugeria cuidado na aquisição de um produto desconhecido, pois sua garantia de qualidade era assegurada pelo investimento em publicidade. A revista buscava conformar o comportamento da consumidora, vinculando-o ao processo produtivo simbólico, presente e reforçado na publicidade pela valorização do anunciante.

A diversificação do comércio e o crescente fluxo de bens materiais na cidade gestava um estilo de vida caracteristicamente moderno:

15 horas. O sol radiante das nossas tardes claras de primavera ilumina a cidade. A gente sente uma vontade louca de andar, sair por aí, ver as coisas bonitas das nossas vitrinas. E uma idéia surge: traçar o “carnet” da nossa elegante, indicar o comércio que honra a cidade, por suas montras de arte e bom gosto, por seu sortimento moderno e bonito.²¹

O texto criava uma cena em que o passeio pela cidade se misturava à diversão de olhar os produtos nas vitrines do comércio. Andrade (2008, p. 66) cita Nancy Backes para afirmar que o *flaneur* se tornou um *window-shopper* que exercita o olhar como uma forma de lazer, em um ambiente em que o consumo se transformou em diversão. Essa foi outra forma de conformar o comportamento da leitora, mostrando a ela como era divertido consumir, indicando os lugares elegantes e de bom gosto na capital. A cena representava um comércio intenso, que, segundo o texto, “já se pode comparar com o das grandes metrópoles brasileiras”,²² e oferecia “um notável sortimento de artigos nacionais e estrangeiros com as últimas novidades em perfumaria, cosmética e produtos de beleza”,²³ apresentando o consumo como um dos sinalizadores do progresso da cidade.

A representação de uma sociabilidade moderna, ligada ao consumo e à diversão, era reforçada pela abertura de casas que proporcionavam divertimentos, assim como pela frequência das camadas abastadas a lugares distintivos. Ao que tudo indica, a cidade carecia de lugares em que a elite e a classe média pudessem dar-se a ver, sem comprometer seu *status social*. Segundo a revista, “de há muito que a vida noturna da cidade se ressentia da falta de um bom ‘night-dancing’ [...], como existiam em outros [...] grandes centros civilizados do país”.²⁴ Assim, o Minas Dancing

21 Paiva, Maria da Conceição. Do “carnet” da elegância mineira. *Alterosa*, ano IV, n. 31, nov. 1942, p. 34.

22 Paiva, Maria da Conceição. Do “carnet” da elegância mineira. *Alterosa*, ano IV, n. 31, nov. 1942, p. 35.

23 Paiva, Maria da Conceição. Do “carnet” da elegância mineira. *Alterosa*, ano IV, n. 31, nov. 1942, p. 34.

24 Belo Horizonte conta agora com um excelente “dancing”. *Alterosa*, ano IV, n. 30, out. 1942, p. 34.

teria vindo “suprir essa lacuna, proporcionando ao belo-horizontino mais um moderníssimo centro de diversões”.²⁵ Essas lacunas correspondiam ao que era pensado como falha na imagem da capital moderna. E cada preenchimento desse vazio era motivo para a afirmação da nova dinâmica social belo-horizontina: “A elite de Belo Horizonte, na glória de seu esplendor social, dirige-se para o seu centro de maior atração elegante: ‘A Confeitaria Elite’”.²⁶ Tendo como paradigma cultural a ser alcançado a cidade do Rio de Janeiro, “a conclusão é fácil: ‘A Confeitaria Elite’, na vida da cidade, representa para a fina sociedade carioca a ‘Colombo’, a ‘Pascoal’ e demais estrelas de maior grandeza na constelação social do Rio”.²⁷

O argumento de que havia uma efervescência cultural tecia igualmente o sentimento de desenvolvimento de Belo Horizonte. Segundo uma extensa matéria publicada na revista, uma das causas do “surto cultural” seria o investimento na educação pré-escolar, primária, secundária e superior, que resultou na redução do analfabetismo na capital: “Proporcionalmente, a sua população leva sobre as outras capitais de estados as vantagens de contrapôr a uma porcentagem quase nula de analfabetos a maior concentração de estudantes do Brasil”.²⁸ Pautado na escolaridade, o desenvolvimento cultural mencionado referia-se ao “avanço espiritual” como prova de civilidade, “Belo Horizonte lê”²⁹, isto é, o belo-horizontino é culto.

Outros dados foram arregimentados pela matéria para ilustrar o “surto cultural”, como a cultura física e artística, salientando as aulas de dança para meninas do Curso Natália Lessa, as associações culturais, as exposições de pintura e audições musicais, os concertos da Sinfônica de Belo Horizonte, a formação de alunos no Conservatório Mineiro de Música, a criação do Museu de Belo Horizonte, a criação do Instituto de Belas Artes e a Exposição de Arte Moderna. Esses, reunidos, anunciavam o progresso espiritual da cidade:

Belo Horizonte vive, como afirmamos, momentos gloriosos para o espírito. Dentro de sua existência movimentada de cidade progressista e em dia com o desenvolvimento material de outros grandes centros, há, simultaneamente, braços que lutam, corações que sentem e cérebros que sabem pensar.³⁰

25 Belo Horizonte conta agora com um excelente “dancing”. *Alterosa*, ano IV, n. 30, out. 1942, p. 34.

26 Ambiente de esplendor e beleza. *Alterosa*, ano IV, n. 32, dez. 1942, p. 66.

27 Ambiente de esplendor e beleza. *Alterosa*, ano IV, n. 32, dez. 1942, p. 66.

28 Pinto, Nilo A. O esplendor cultural de Belo Horizonte. *Alterosa*, ano VI, n. 52, set. 1944, p. 73.

29 Pinto, Nilo A. O esplendor cultural de Belo Horizonte. *Alterosa*, ano VI, n. 52, set. 1944, p. 73.

30 Pinto, Nilo A. O esplendor cultural de Belo Horizonte. *Alterosa*, ano VI, n. 52, set. 1944, p. 75.

A citação condensava o sentimento de uma capital que se via como moderna. Pareada com outros centros urbanos, o seu desenvolvimento material e cultural expressava-se por uma nova dinâmica social representada pela luta, no sentido de trabalho e esforço; pela sensibilidade, no refinamento do gosto e dos sentidos, e pela intelectualidade.

Dentre o que foi apresentado, a criação do Instituto de Belas Artes e a Exposição de Arte Moderna de 1944 merecem ser comentadas por terem participado diretamente do projeto modernista de Juscelino Kubitschek, bem como por mostrarem as tensões resultantes de sua implementação e a omissão da revista em relatar tais embates. Em 1943, a conselho de Cândido Portinari, Juscelino Kubitschek convidou Alberto da Veiga Guignard para fundar uma escola de artes plásticas na capital. Guignard, um artista de destaque na arte moderna brasileira, cursou a Academia de Arte de Munique, morou em Florença e em Paris, buscando as novidades modernistas da época. A “Escolinha do Parque”, como ficou conhecido o Instituto de Belas Artes, ministrava cursos livres de pintura e desenho ao ar livre no Parque Municipal (Cedro, 2007). A reestruturação das artes plásticas na capital mineira objetivou educar os sentidos para forjar uma sensibilidade adequada ao gosto moderno. O ensino pouco ortodoxo de Guignard opunha-se ao estilo tradicional acadêmico em vigor, desde a fundação da Sociedade Mineira de Belas Artes, criada em 1918 por Aníbal Mattos, sob a tutela do Estado. Segundo Ivone Vieira (1998), Juscelino Kubitschek não pretendia realizar somente a reforma do ensino de arte, mas também a conscientização do artista de sua função sociocultural. Guignard foi quem criou o espaço de congregação entre artistas, escritores, intelectuais, jornalistas e interessados no debate sobre o moderno. Um espaço de mediação para educar o olhar do artista e do observador para as novas linguagens estéticas, cabendo à escola formar artista e público.

Ainda assim, dois fatos emblemáticos na época, resultantes da incompreensão gerada pela ruptura dos princípios artísticos naturalistas, demonstraram o vigor das forças conservadoras da cidade:

Mas, em especial, Juscelino teve de enfrentar a fúria reacionária do arcebispo da cidade, d. Cabral, e de parte da população católica que se escandalizou com o painel e com os azulejos de Portinari para a igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, que conseguiu a proeza de enxergar, na base invertida do cruzeiro, projetado por Niemeyer para o adro da igreja, a imagem de um “poleiro para satã”. Foi essa mesma população que retalhou com gilete telas modernistas apresentadas na exposição de artes plásticas de 1944 – uma espécie de comemoração mineira da Semana

de Arte Moderna de 22 promovida pelo prefeito – e tentou impedir os debates do ciclo de conferências que acompanhava a exposição, programado para se realizar na Biblioteca Municipal – “na rua, não garanto”, teria dito Juscelino aos intelectuais e artistas convidados que compareceram, em bloco, vindos do Rio de Janeiro e de São Paulo, “mas, no interior da biblioteca, a palavra é livre”. (Starling, 2002, p. 33, grifos da autora)

No caso da igreja da Pampulha, ou igreja de São Francisco, nenhuma menção ao debate foi encontrada na revista. Aliás, as matérias sobre o complexo arquitetônico raramente citaram a igreja. Uma forma encontrada pela *Alterosa* de evitar as polêmicas em torno da obra. Como a implantação do projeto modernista de Juscelino Kubitschek se deu em ambiente tenso, em que houve resistência de parte da população belo-horizontina, a *Alterosa* procurou não mostrar esses embates, principalmente porque envolviam o maior representante da Igreja na cidade. Quanto à Exposição de Arte Moderna, a postura da revista foi, em parte, a mesma. Ela procurou “capitalizar” as notícias que foram publicadas na imprensa de São Paulo, buscando valorizar a imagem da capital, o que era de seu interesse, na representação da cultura mineira no país. A menção sobre a mostra iniciava da seguinte forma: “Com absoluto êxito inaugurou-se no mês de abril, no edifício Mariana, a Exposição de Arte moderna, promovida pela prefeitura de Belo Horizonte”.³¹ Logo em seguida, foram apresentados todos os artistas e intelectuais mineiros, cariocas e paulistas presentes no evento que, além da participação na mostra, debateram os rumos do modernismo no Brasil. Entre eles estavam: Lasar Segall, Cândido Portinari, Tarsila do Amaral, Alfredo Volpi, Oswald de Andrade, Anita Malfati, Di Cavalcanti, Burle Marx. Na intenção de afirmar a imagem de modernidade, o texto publicado pela *Alterosa* reproduziu a alusão de Luiz Martins, “uma das mais altas expressões mentais do país”,³² publicada no *Diário de São Paulo*, sobre Guignard e a exposição: “Minas está empenhada, nos últimos tempos, em se apresentar aos olhos do Brasil como uma terra de surpreendentes realizações, reveladoras de uma notável mentalidade moderna, arejada, progressista e vibrante”.³³ Observa-se que o jornalista fala sobre a pretensão de Minas em “apresentar-se” moderna, o que não implicava “ser” moderna. Essa era a representação que, inclusive, a revista

31 Filho, O. No mundo das artes. *Alterosa*, ano VI, n. 49, maio 1944, p. 96.

32 Filho, O. No mundo das artes. *Alterosa*, ano VI, n. 49, maio 1944, p. 96.

33 Filho, O. No mundo das artes. *Alterosa*, ano VI, n. 49, maio 1944, p. 96.

esforçava-se em difundir, para os mineiros e para o restante do país, ao omitir as tensões inerentes aos processos de acomodação e resistência a uma nova estrutura sociocultural. Segundo Denise Marques Bahia (2011, p. 99), a exposição obteve grande repercussão na cidade, causando debates fervorosos entre a intelectualidade mineira. Os tradicionalistas radicais que danificaram as telas à gilete foram destaque na imprensa jornalística, mas não obtiveram nenhuma menção na revista.

O Estado Novo e o americanismo na construção da sensibilidade moderna

Um dos fatores que potencializaram a inserção da cultura norte-americana na cidade foi a expansão de salas de cinema e sua descentralização em direção aos bairros, em torno dos anos 1940, com a introdução de recursos tecnológicos e de mais conforto para os espectadores. A protagonista nesse investimento em direção aos bairros foi a empresa Cine Teatral Ltda.:

Como se não bastassem tudo que já fizeram, tal como o levantamento do majestoso Cine-Brasil, os melhoramentos introduzidos no Cine Glória, duas casas lançadoras de primeira ordem; a construção do Cinema América e do Cine Democrata, assim como do Cine Teatro São Carlos, casas que vêm prestando inestimável serviço à classe média; as amplas reformas ao Cinema Floresta [...].³⁴

O trecho mostrava que a empresa foi responsável pelo restauro do Cine-Brasil, que passou a ser conhecido por Cine Teatro Brasil. Segundo Heloisa Maria Murgel Starling (2002, p. 39), o Cine-Brasil, projetado em 1932, sempre marcou o imaginário moderno da cidade. Dentre as demais salas de cinema, algumas foram construídas e outras também passaram por reformas, assim como, segundo a matéria, o antigo Teatro Municipal se transformara no Cine Metrôpole. Esse investimento foi considerado pela revista como uma forma de democratização: “São os inúmeros cinemas que se localizam no centro de Belo Horizonte e os que se espalham pelos bairros levando um pouco de descanso e entretenimento a todos, ricos e pobres, ilustrados e sem instrução”.³⁵ Observa-se a noção de descanso atrelada ao entretenimento, sublinhando o revigoreamento do corpo e da mente pela diversão. O descanso já não se referia a estar

³⁴ Um justo motivo de vaidade para os mineiros. *Alterosa*, ano IV, n. 22, jan. 1942, p. 86.

³⁵ Entregues à população as novas e modernas instalações do Cine Brasil. *Alterosa*, ano V, n. 40, ago. 1943, p. 90.

desocupado, pelo contrário, ele implicaria a escolha de outra atividade. Tanto o tempo do trabalho quanto o tempo de não trabalho requeriam atividade, no interior da lógica de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o papel da empresa foi louvado pela *Alterosa*, pelo que era percebido como contribuição para o desenvolvimento da cidade: “Como revista social que é, sempre pronta a proclamar tudo quanto se faz pelo bem-estar de nossa gente, e pelo progresso da cidade, *Alterosa* é um órgão autorizado a falar em nome do povo”.³⁶

Na década de 1940, os bairros belo-horizontinos iniciaram sua consolidação como centros da vida social e prestação de serviços, enquanto os grandes magazines e cineteatros surgiram no centro da capital. O cenário composto pelo cinema e pelos bens materiais ganharam o sentido do espetáculo (Andrade, 1995, p. 9-10). A descentralização dos cinemas fez com que alguns dos cineteatros localizados na região central da cidade funcionassem como locais distintivos. A inauguração do Cine-rádio Guarani, dos *Diários Associados*, era uma mostra de tal situação. Quem não teve o privilégio de estar na sessão de gala aglomerou-se ao lado de fora do cinema para assistir à entrada da elite belo-horizontina em cena glamourizada, descendo dos carros em frente ao cinema. Os privilegiados contribuíram pagando a entrada da *première*, cuja renda foi revertida para o sanatório Morro das Pedras. Na sessão de gala “afluiu o que Belo Horizonte tem de mais *rafiné* em sua sociedade, para assistir ao grande espetáculo proporcionado com a apresentação de *O Fantasma da Ópera*, notável tecnicolor da Universal”.³⁷ O cinema hollywoodiano serviu à política exterior norte-americana tanto para buscar a adesão dos brasileiros ao alinhamento ideológico, para suprimir o germanismo no país, como para a interiorização dos valores culturais, visando à abertura de mercado para os bens materiais, como aponta Tota (2000, p. 57), que “no plano simbólico, vendia-se o sistema”.

Em Belo Horizonte, a visita do embaixador norte-americano Jefferson Caffery foi um grande acontecimento. Convidado oficialmente pelo governador Benedito Valadares para conhecer a capital, tendo em vista o acordo firmado de exportação de minério de ferro de Itabira para os norte-americanos, a visita incluiu a Feira de Amostras, a Cidade Industrial, a Rádio Guarani e o Minas Tênis Clube, em uma recepção de grande pompa:

O representante da grande nação irmã teve a oportunidade de verificar, através dos delirantes aplausos do povo e dos alunos de dezenas de estabelecimentos de ensino,

³⁶ Entregues à população as novas e modernas instalações do Cine Brasil. *Alterosa*, ano V, n. 40, ago. 1943, p. 91.

³⁷ Inaugurado o Cine-teatro Guarani. *Alterosa*, ano VII, n. 58, jan. 1945, p. 103.

que há, realmente, entre os dois países do Novo Mundo, uma tão perfeita quanto espontânea identidade de sentimentos.³⁸

Os Estados Unidos eram considerados um paradigma civilizatório a ser alcançado. A exaltação das manifestações de acolhimento do embaixador Jefferson Caffery foi uma maneira encontrada pela revista de parear os dois países em torno do compartilhamento de valores comuns. Nesse caso, pode se inferir que a identificação se relacionava ao ideal de liberdade, constantemente difundido pela propaganda norte-americana na América Latina. É importante considerar que, desde fevereiro de 1942, o Brasil estava sofrendo o torpedeamento de seus navios mercantes pelos países do Eixo, tendo entrado na guerra, ao lado dos Aliados, em agosto de 1942. No momento em que as pessoas se sentiam comovidas pelo ataque ao Brasil, a visita tornou-se um acontecimento, pois os Estados Unidos, que combatiam as forças nazifascistas, tinham como bandeira política a liberdade. Liberdade que não significava somente um alinhamento político para deter o Eixo, mas que também intencionava forjar modos de conduta para adesão aos valores liberais e o reconhecimento da grandiosidade dos Estados Unidos. Essa valorização vinha da visão de que a nação norte-americana tinha alcançado um alto grau de civilização e, como tal, era o modelo a ser seguido:

Somos todos americanos. Tradicionalmente solidários, procuramos sempre tirar ensinamentos da iniciativa de quantos pisam o chão deste continente. Em qualquer esfera de conhecimento humano, na América, essas conquistas vão sendo colhidas e incorporadas indiscriminadamente por todos os cidadãos americanos! Foi esse princípio que inspirou a Guanabara a lançar no seu setor de atividade – a confecção de vestimentas masculinas – a roupa americana, moderna e prática, tal como o é a América.³⁹

O estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos produziu uma interação cultural que, segundo Antônio Pedro Tota (2000), não implicou a simples assimilação da cultura norte-americana, mas também envolveu um complexo processo de recriação de sentidos, aproximando-se da ideia de antropofagia cultural. Concretamente, os dois países buscavam defender seus interesses comerciais e geopolíticos na região. A diferença essencial era que o

38 A confraternidade americano-brasileira. *Alterosa*, ano IV, n. 27, jul. 1942, p. 50.

39 Guanabara. *Alterosa*, ano VII, n. 59, fev. 1945, segunda capa.

Brasil, ainda pouco industrializado, vendia, em grande medida, matérias-primas, enquanto comprava produtos manufaturados que carregavam como valor agregado a ideologia norte-americana, que defendia o livre-comércio. Esse foi um dos fatores que enfraqueceram o regime varguista, pois o nacionalismo de Vargas preocupava os norte-americanos por sua política econômica intervencionista e protecionista (embora o país estivesse aberto ao capital estrangeiro), por outro lado, internamente, para alguns, uma fração significativa de militares, a Alemanha seria o paradigma cultural adequado ao Brasil, porque o aspecto técnico-consumista do americanismo não era visto com bons olhos (Tota, 2000, p. 23). Em comum, guardados os sentidos culturais locais, os dois países compartilhavam valores como a ordem conjugal, a ética do trabalho, a primazia da técnica, a eugenia, o patriotismo, entre outros, e a instrumentalização dos meios de comunicação de massa para difundir seus ideais de nação.

O nacionalismo gestado no interior de um projeto intervencionista e autoritário visava à eliminação de forças políticas contrárias ao regime e ao controle do corpo social, apoiado pelas Forças Armadas e através de uma intensa propaganda política na imprensa periódica e no rádio. O sentimento patriótico crescia em meio ao desenvolvimento industrial e econômico do país. Grandes manifestações cívicas eram incentivadas e promovidas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),⁴⁰ cuja matriz ideológica nutria simpatia pelo fascismo europeu (Capelato, 1999). Em Belo Horizonte, vários atos cívicos mobilizaram a população no ano de 1942, após a entrada do Brasil no conflito mundial:

Os festejos do “Dia da Pátria” assumiram este ano um aspecto de raro entusiasmo cívico, congregando todas as classes sociais de Belo Horizonte nas estrondosas manifestações patrióticas que foram assistidas por quase toda a população da cidade. A nota palpitante desses festejos foi marcada, sem dúvida, pela grande parada trabalhista.⁴¹

Os eventos reuniam aglomerações de pessoas nas ruas da capital, configurando-se também sob a forma estética do espetáculo, “teatralização de uma imagem de *nação feliz e longeva*” (Drumond, 2009, p. 239, grifos do autor). Mas,

40 Conforme Maria Helena Capelato (1999, p. 172), “o órgão estava estruturado da seguinte forma: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares. A organização funcional revelava alto grau de centralização e os cargos de confiança eram atribuídos diretamente por Getúlio Vargas”.

41 A Cia. Antartica Paulista associa-se às grandiosas manifestações cívicas da “Semana da Pátria”. *Alterosa*, ano IV, n. 30, out. 1942, p. 55.

especificamente a parada de 1942, segundo o trecho, chamou atenção pela participação da classe trabalhadora juntamente com as outras classes sociais. Enfatizando a situação, o texto declarou que chefes e operários da Cia. Antartica Paulista empunharam “um estandarte em que demonstravam o seu entusiástico apoio à causa do Brasil e à vigorosa atitude do presidente Getúlio Dornelles Vargas”.⁴² A atitude de Vargas referia-se à entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, mas o ponto importante da menção era o esforço em retratar certa “união” entre a classe empresarial e a classe trabalhadora na construção nacional. Esse entendimento vinha da política estadonovista que procurava superar a luta entre classes pela colaboração entre os grupos opostos (Romita, 1999, p. 96), que, para tal, criou, em 1939, a Justiça do Trabalho.⁴³ O autor assevera que a luta de classes era repelida pelo ideário fascista, optando pela negação ou ocultamento do conflito industrial, pois preconizava a necessária colaboração entre capital e trabalho para a realização dos interesses da produção nacional. Concepção que submetia os sindicatos ao controle do Estado (p. 104), arrefecendo os movimentos sindicais para a manutenção da ordem, o afastamento de doutrinas anarquistas e comunistas, o ganho de apoio popular e, sobretudo, para fazer a engrenagem produtiva do país ser eficiente.

As principais organizações do comércio e da capital, como a Cia. Brahma, Biscoitos Confiança, Guanabara, entre outras, também participaram do “movimento espontâneo, partido do coração do trabalhador mineiro”.⁴⁴ Inclusive a loja Guanabara,⁴⁵ uma das frequentes anunciantes da revista, ganhou destaque com o desfile das classes trabalhistas sendo aberto pelos funcionários da empresa. A mobilização da nação era um exercício de coerção e coesão para a formação do novo homem para, segundo Helena Bomeny, “conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro” (1999, p. 139). Era esse pensamento, segundo a autora, que fazia parte de um grande empreendimento cultural e político, no qual a educação tinha um lugar estratégico

42 A Cia. Antartica Paulista associa-se às grandiosas manifestações cívicas da “Semana da Pátria”. *Alterosa*, ano IV, n. 30, out. 1942, p. 55.

43 Conforme assinala Arion Sayão Romita (1999, p. 102), a instituição foi prevista “inicialmente, pela Constituição de 1934, a sua instituição foi reproduzida pela Carta outorgada de 10 de novembro de 1937, porém, implementada praticamente, no plano da legislação infraconstitucional, pelo decreto-lei n. 1.237 de 1939”.

44 O comércio e a indústria da capital integrados no movimento cívico que anima todo o país. *Alterosa*, ano IV, n. 30, out. 1942, p. 34.

45 A Guanabara no movimento patriótico da cidade. *Alterosa*, ano IV, n. 30, out. 1942, p. 35.

por sua capacidade de internalizar valores nos indivíduos. Corpos disciplinados eram úteis ao sistema produtivo. Maurício Drumond (2009, p. 239) relata que as festas cívicas associavam a cultura, a educação, o trabalho e o esporte em um movimento ufanista de exaltação da nação que celebrava o “novo”, “um novo governo, um novo regime, um novo país e uma nova ‘raça’”. O autor destaca ainda que a propaganda política do Estado buscava ressaltar a construção de uma nova raça pela ligação da juventude com o esporte.

As cerimônias da semana da pátria contavam com a participação de jovens secundaristas, na comemoração do dia da “Juventude Brasileira”, em 5 de setembro:

A juventude escolar de Belo Horizonte, perfazendo 15.000 alunos de nossas escolas secundárias, desfilou diante do governador do estado e altas autoridades, delirantemente aplaudida pela população que enchia literalmente as ruas centrais da capital.⁴⁶

O projeto de educação do Estado Novo tinha a juventude como meta prioritária. A Juventude Brasileira⁴⁷ era uma organização nacional de secundaristas fomentada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, dirigido por Gustavo Capanema, para modelar o pensamento juvenil em torno dos valores cívicos. Conforme Helena Bomeny (1999, p. 149), “educação física e educação moral e cívica lhe pareceram ser as chaves de um movimento em prol da socialização do novo homem para o Estado Novo”. Um apontamento que Bomeny traz em sua discussão sobre o propósito da educação no Estado Novo ajuda na compreensão do cenário cívico em questão. A lei orgânica do ensino secundário e a nacionalização do ensino, que buscavam a uniformização cultural, faziam parte de uma estratégia que visava a construção de um projeto de soberania nacional. A participação ativa do Exército na política educacional objetivava a preparação civil para a “construção de barreiras eficazes à propagação de doutrinas consideradas perigosas à defesa da nacionalidade” (p. 143). Capanema pretendia formar a elite para o desenvolvimento e a condução do país. O investimento no ensino secundário (em detrimento do primário), de matriz clássica humanista, a criação do sistema de ensino profissionalizante que originou o que conhecemos hoje

⁴⁶ A parada da juventude. *Alterosa*, ano VI, n. 54, out. 1944, p. 110.

⁴⁷ A organização surgiu em 2 de março de 1940, formalizada pelo decreto-lei n. 2.072, após entraves ao projeto inicial da Organização Nacional da Juventude, do Ministério da Defesa, dirigido por Francisco Campos. Projeto que vinculava a educação à segurança nacional, orientado pela conformação de um movimento paramilitar juvenil (Bomeny, 1999).

como Sistema S (Senai, Sesc, Sesi etc.) e a reestruturação do ensino superior demarcaram o caminho da educação voltada para a constituição da mentalidade juvenil (p. 138-143).

A atuação do poder público no fomento das atividades esportivas, em consonância com a ideologia do Estado Novo, foi fortalecida pela difusão da cultura física, e o Minas Tênis Clube foi instrumento de propaganda política para conceber uma nação vigorosa. O mineiro que vivia “entre as quatro paredes do lar colonial”,⁴⁸ dava lugar a “um povo sadio e rejuvenescido, que pratica o esporte, que fortalece a alma e os músculos ao contato íntimo com a natureza prodigiosa”.⁴⁹ As piscinas do clube foram motivo de frequentes matérias que demonstravam como o mineiro se integrava aos novos valores vigentes, “o mineiro sombrio e noturno que Saint-Hilaire viu, preso às tradições, conservador e rotineiro, cedeu o lugar a um povo sadio e feliz, comunicativo e progressista”.⁵⁰ O esporte, por sua característica salutar e socializante, era considerado um fator de progresso, sua disseminação na cidade ampliava a ideia de que a sociedade civilizava-se:

A prática esportiva faz parte da vida na cidade. Faz vibrar a mocidade e, quando interpretada e integrada no seu verdadeiro sentido educativo, é sobretudo patriótica. Por isso mesmo é que o esporte absorve a maior parte da atenção do povo, e hoje a nossa capital se apresenta no cenário esportivo do país como um dos seus mais adiantados centros de cultura física.⁵¹

O discurso sobre a presença do esporte na cidade destacava o ambiente progressista em que a capital se encontrava, atrelando-o ao caráter educativo proposto pelo ideal de civismo do Estado Novo:

Os seus sucessos consecutivos, obtidos nos setores de natação, evidenciam a pujança de seus atletas de ambos os sexos, em disputas sensacionais, de repercussão continental, onde o vigor da nossa raça e a destreza de nossos desportistas ficaram patentes, com o mais raro esplendor e a mais justa glória para os mineiros.⁵²

48 O calor convida às piscinas. *Alterosa*, ano I, n. 5, dez. 1939, p. 67.

49 O calor convida às piscinas. *Alterosa*, ano I, n. 5, dez. 1939, p. 67.

50 O calor convida às piscinas. *Alterosa*, ano I, n. 5, dez. 1939, p. 67.

51 Em Minas também se faz esporte. *Alterosa*, ano III, n. 17, ago. 1941, p. 54.

52 O sexto aniversário do Minas Tênis Clube. *Alterosa*, ano III, n. 21, dez. 1941, p. 91.

A citação se refere às sucessivas conquistas da equipe de natação infantojuvenil em competições que repercutiam no continente sul-americano. Nelas se confirmava a força e a habilidade esportiva do mineiro, com o reconhecimento da capacidade e da qualidade de preparação dos atletas do clube. A representatividade esportiva da natação do Minas Tênis Clube tornou-se um elemento propagandístico para a imagem progressista do estado: “Mais uma vez, pela quinta vez consecutiva, os jovens nadadores que formam a equipe de natação infantojuvenil de Minas Gerais regressaram vitoriosos e cobertos de glórias do campeonato nacional”.⁵³ O elemento de propaganda se dava em dois sentidos: o primeiro anunciava Minas Gerais na dianteira nacional da modalidade esportiva, pois os jovens esportistas “elevaram e dignificaram, de modo o mais brilhante, as tradições de vanguardeira que Minas alcançou na natação do país”⁵⁴ e o segundo, pedagogicamente, ilustrava o poder público estadual, na figura do interventor, como o agente produtor dessa realidade: “Mercê da sadia política de incentivo à cultura física de sua juventude, posta em prática com alta visão e espírito patriótico, pelo sr. Benedito Valadares”.⁵⁵ Visão imbuída pelo nacionalismo, ao mesmo tempo que destacava Minas à frente de outros estados da nação, reforçava a identidade regional pelo caráter afirmativo da representatividade esportiva.

Em Belo Horizonte, as exposições dos jovens esportistas do clube recepcionavam personalidades políticas como forma de homenagem, assim foram recebidos o embaixador norte-americano, Jefferson Caffery, e o prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth,⁵⁶ em visita à capital. Esses eventos cívicos buscavam simbolizar o espaço de poder de Minas Gerais no Brasil e sua sintonia com o projeto eugênico nacional, em que o desenvolvimento das potencialidades corporais, pautado no disciplinamento dos corpos e na lógica da eficiência, canalizava o sentimento de progresso do estado. Assim, o Minas Tênis era tido como “elemento vital da grandeza de Minas, na preparação da juventude, no fortalecimento físico da raça de que dependerá a vitória das futuras gerações brasileiras”.⁵⁷

Frequentado pela elite, o clube, localizado na região central de Belo Horizonte, era um ambiente de conagração, no plano salutar e no plano da diversão:

53 Penta-campeões brasileiros! *Alterosa*, ano VI, n. 47, mar. 1944, p. 122.

54 Penta-campeões brasileiros! *Alterosa*, ano VI, n. 47, mar. 1944, p. 122.

55 Penta-campeões brasileiros! *Alterosa*, ano VI, n. 47, mar. 1944, p. 122.

56 A grande concentração escolar em homenagem ao prefeito do Distrito Federal. *Alterosa*, ano V, n. 42, out. 1943, p. 47.

57 O sexto aniversário do Minas Tênis Clube. *Alterosa*, ano III, n. 21, dez. 1941, p. 91.

Num dos mais aprazíveis recantos da capital montanhosa, no bairro de Santo Antônio, a sua área que rasga uma clareira luminosa na floresta do casario abriga, nas manhãs alouradas do verão, a orla de sua piscina que mais parece um retalho de céu estival, aquilo que Belo Horizonte chama a fina flor de sua elite social, o que temos de mais representativo em nossa alta sociedade.

A sua sede social, onde se realizam mensalmente algumas das mais elegantes soirées dançantes que anima a alta vida mundana de Belo Horizonte, possui instalações luxuosas e modernas em que o fausto e o bom gosto se harmonizam num conjunto de elegância e magnificência, da mais alta beleza e distinção.⁵⁸

Ao ar livre, nas águas das piscinas ou nos salões de festas, a promoção e a reprodução dos novos hábitos eram incorporadas a uma sociedade, até então, vista como provinciana. O mundanismo era sinal de que o estado das coisas na cidade estava se transformando. O Minas Tênis, sendo reconhecido no continente por sua representatividade esportiva, legava a todos os sócios minasistas o valor de seu reconhecimento. Na representação de si, ser sócio do clube significava participar dessa construção nacional, lugar de ostentar, de coesão social de uma classe para se representar como tal, compartilhar modos e valores distintivos. Ver e ser visto. Sendo atribuídas às elites a condução do novo país, a nova mentalidade forjava a disciplina necessária para a atuação, e não somente dos jovens, no sistema de produção capitalista em que o país buscava se inserir; assim, o clube era para o mineiro “incontestavelmente uma expressão do progresso e da civilização da terra mineira”.⁵⁹

O conjunto arquitetônico da Pampulha, idealizado por Juscelino Kubitschek e projetado por Oscar Niemeyer, realizado entre os anos de 1941 e 1945, foi considerado o signo da modernidade da capital. O projeto, originalmente composto por um cassino, um iate clube, um hotel (que não foi executado), uma igreja, uma casa de baile e a residência do prefeito, tinha por objetivo dotar a cidade de uma área de turismo e lazer, associando o desenvolvimentismo ao plano político de construção de uma nova imagem da cidade.

As obras realizadas por Juscelino Kubitschek, segundo a *Alterosa*, transformaram Belo Horizonte em “uma capital moderna, cheia de vida, dinâmica”,⁶⁰ sendo a Pampulha considerada sua obra emblemática: “Ali, à beira do lago,

58 O sexto aniversário do Minas Tênis Clube. *Alterosa*, ano III, n. 21, dez. 1941, p. 91.

59 O sexto aniversário do Minas Tênis Clube. *Alterosa*, ano III, n. 21, dez. 1941, p. 91.

60 Três anos de magnífico governo. *Alterosa*, ano V, n. 37, maio 1943, p. 117.

como diamantes num colar, se localizaram as três mais avançadas afirmações do espírito moderno que tem presidido a realização das obras da sua administração”.⁶¹ A citação anunciava que o cassino, a casa de baile e o “iate-golfe”, obras do complexo de turismo e lazer, deram visibilidade à cidade no cenário nacional, afirmando seu caráter progressista. A Pampulha seria a cristalização da vocação de modernidade de Belo Horizonte que, a partir daquele momento, retornava ao seu lugar de destino, pois essas obras representavam “a pena de morte para um conservantismo fictício, ao mesmo tempo que colocaram Belo Horizonte no seu verdadeiro lugar de capital moderna e culta”.⁶² O complexo de turismo e lazer ganhou notoriedade nacional e internacionalmente, projetando Niemeyer como expoente do movimento modernista (Bahia, 2011). Certamente, a inauguração da Exposição Brazil Builds, em 1943, no Museum of Modern Art de Nova York (MoMA), contribuiu para a divulgação do complexo arquitetônico da Pampulha, conseqüentemente da cidade, internacionalmente. A mostra fazia parte do conjunto de ações da política de boa vizinhança norte-americana e consistia numa exposição e num livro sobre a arquitetura barroca, imperial e contemporânea brasileira. O projeto realizado pelo arquiteto Philip L. Goodwin, vice-presidente do MoMA, e pelo fotógrafo G. E. Kidder Smith circulou por várias cidades da América do Norte e do Brasil (p. 145).

O Cassino e a Casa do Baile iniciaram as atividades em 1942, antes da conclusão do conjunto arquitetônico. A revista anunciou a inauguração oficial das obras do complexo em 1943, com a presença de “Getúlio Vargas, governador Valadares Ribeiro e interventor Amaral Peixoto, as majestosas obras do novo bairro da Pampulha, suprema realização da administração Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte”.⁶³ O Iate Golfe Clube, além de piscinas e quadras de esportes, incorporava a lagoa para a prática de esportes náuticos (remo, vela e regatas). Algumas obras do clube, como a garagem municipal⁶⁴ para os barcos, ainda precisavam ser finalizadas, Denise Marques Bahia (2011, p. 139) relata que, originalmente, o clube era dividido em dois setores: um esportivo e outro social, este destinado às reuniões dos sócios. Restavam a conclusão da igreja e do hotel (de responsabilidade do governo estadual). A igreja São Francisco de Assis foi concluída em 1945, não obtendo a sagração pela Cúria Metropolitana,

61 Três anos de magnífico governo. *Alterosa*, ano V, n. 37, maio 1943, p. 117.

62 Três anos de magnífico governo. *Alterosa*, ano V, n. 37, maio 1943, p. 118.

63 Um dia de glórias para a cidade. *Alterosa*, ano III, n. 38, jun. 1943, p. 34.

64 Ultima-se o grandioso conjunto de obras da Pampulha. *Alterosa*, ano III, n. 41, set. 1943, p. 86.

na época representada pelo arcebispo dom Antônio dos Santos Cabral. A residência do prefeito, projetada às margens da lagoa, conhecida como Casa JK, foi construída para servir de modelo para o “bem-viver” (Bahia, 2011) da classe abastada que aderira ao projeto, por pertencimento e distinção geridos pelo desejo de legitimação e representação moderno.

A inauguração da linha de bondes ligando o centro da cidade à Pampulha, em 1944, ocorreu na ocasião da realização da prova de regatas Governador Valadares (Bahia, 2011, p. 113). O evento esportivo foi reportado pela revista, em tom entusiástico, devido à introdução de tal esporte na capital mineira: “O dia 2 de julho último assinalou uma data realmente histórica nos anais esportivos mineiros: a implantação auspiciosa, em nós, do nobre esporte das regatas”.⁶⁵ A valorização dessa prática esportiva estava vinculada à ascensão da burguesia na capital. Conforme afirma Victor Melo (2006, p. 5), o remo é fundamentalmente um esporte conduzido e apreciado pelas camadas médias em formação, tais como profissionais liberais, comerciantes, industriais, tendo sua identidade construída em oposição ao turfe, diretamente relacionado à aristocracia rural. A implantação do remo condizia com os novos tempos que se estabeleciam na cidade, em acordo com o desejo de tornar visível seu projeto moderno. Pelo esporte operava-se a construção da imagem da capital e dos mineiros.

Oito clubes cariocas e dois mineiros participaram da prova que contou com a presença de Getúlio Vargas, Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek, e a publicação elogiou a atuação do prefeito referindo-se a ele como “incansável estimulador do nobre esporte entre nós”.⁶⁶ Em meio a autoridades políticas, se destacava a presença de Odete Valadares e representantes da “mais alta representação social feminina” na assistência, assim como o que a revista denominou de “massa popular” que assistia à prova nos gramados próximos à lagoa. Segundo a matéria, o prefeito era presidente do clube de remo. Assumir esse cargo pode ser entendido como a afirmação de uma política pública voltada para a promoção desse esporte na cidade, como ele mesmo declarou em seu relatório ao interventor Benedito Valadares, argumentando que a Pampulha não seria uma obra completa se não tivesse um espaço destinado ao aperfeiçoamento físico do homem (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1941, p. 43) e que a obra tinha um caráter educativo, inserido em um plano maior de construção nacional:

65 O estrondoso êxito das regatas “Governador Valadares”. *Alterosa*, ano VI, n. 52, ago. 1944, p. 67.

66 O estrondoso êxito das regatas “Governador Valadares”. *Alterosa*, ano VI, n. 52, ago. 1944, p. 67.

O Iate Golfe Clube, dotado de instalações modernas e que, em breve, estará com todas as obras concluídas para que esportes como os do remo e da vela possam ser praticados pela mocidade, completando-se as finalidades de um plano de aperfeiçoamento da raça, do qual o Minas Tênis Clube é centro irradiador. (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1941, p. 43)

A fala do prefeito sugeria que a introdução dos esportes náuticos na cidade seria a etapa de conclusão do projeto de fortalecimento da raça, que tinha o Minas Tênis como principal propagador das práticas esportivas na cidade. O esporte, como instrumento de controle e adaptação do corpo às exigências do progresso, educava os jovens para a ética do trabalho. O remo se ajustava a essa finalidade por ser considerado o esporte do “exercício físico” e incorporar o espírito moderno. Era saudável, ativo e desafiador, portanto educava o músculo e a moral (Melo, 2006, p. 7-9).

A diversão permeava o empreendimento econômico voltado para os moradores da cidade e para o turismo, como é possível perceber nas palavras de Juscelino Kubitschek: “Como capital já de vida intensa e trepidante, Belo Horizonte, por esse lado, reclamava um retempero das energias gastas no labor diário” (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1941, p. 38). Nota-se que a diversão, naquele tempo histórico, estava fortemente ligada ao revigoramento corporal para o retorno ao trabalho, lembrando que a ideologia do Estado Novo procurava suprimir a luta de classes, e o trabalho era considerado como digno de todo cidadão comprometido com o progresso da nação (Gomes, 1999). O que na prática funcionava de outra forma, porque os lugares destinados às camadas abastadas e aos populares eram distintos.

É possível apontar contradições tanto no discurso da revista sobre a Pampulha quanto no próprio projeto arquitetônico:

Aquele aristocrático bairro é hoje o centro de atração do povo de Belo Horizonte. Do povo, da elite e de todas as classes enfim. Juscelino Kubitschek tem, em alto grau, o sentido humano e democrático da existência e, por isso, suas obras são ao mesmo tempo para o povo e para as elites.⁶⁷

Um bairro aristocrático, a princípio, não conjuga todas as classes sociais. No máximo, comporta alguns elementos da classe média, mas não da classe

67 Um domingo na Pampulha. *Alterosa*, ano VI, n. 46, fev. 1944, p. 46.

popular. Dessa forma, não eram todas as classes que tinham acesso aos aparelhos de lazer do conjunto. Apesar do projeto prever um espaço destinado às classes populares, o sentido “humano e democrático” citado pela revista dizia respeito ao caráter moralizador prescrito para a Casa do Baile que, segundo o prefeito, tinha a função social de proporcionar diversão sadia para o povo (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1941, p. 43). Ao contrário do Cassino, a Casa do Baile não tinha jogos nem atrações internacionais, a diversão se limitava à dança popular. Caracterizado por materiais e acabamentos menos nobres, não tinha uma rampa de acesso ligada a um promontório, estava localizada no mesmo nível da avenida, tendo seu acesso facilitado. A própria arquitetura dos espaços de lazer definia seus frequentadores, ou seja, não intimidava os populares. Por outro lado, o Cassino, por sua opulência, demarcava o lugar social e político da elite.

Por meio de um discurso totalizante, a matéria apresentava a Pampulha como um lugar destinado à diversão: “Todos se dirigem para ali, fugindo ao movimento da cidade, fugindo ao cansaço da semana de estafantes trabalhos, fugindo ao sol abrasador que cai perpendicularmente, sobre o asfalto”.⁶⁸ Segue-se a ideia de revigoramento corporal: “A Pampulha trouxe para o domingo de sol belo-horizontino o seu complemento indispensável – a água. Água que, num dia festivo de sol, é um refrigerio para os olhos e para a alma”.⁶⁹ Ar livre, água, esporte e jogo reuniam, em um só lugar, a “cura e o prazer” nas piscinas do Iate Golfe, nos botes e nas velas na lagoa, nas danças na Casa do Baile: “Repletos sempre o Iate e o Baile, e com um verdadeiro ‘footing’ pela avenida sob o luar”.⁷⁰ Esse era o “domingo perfeito” que, segundo a revista, a Pampulha oferecia ao belo-horizontino.

O Palácio de Cristal, nome pelo qual o cassino também era conhecido, agregava entre suas atrações cantores e humoristas nacionais, o Pampulha Ballet e artistas da Broadway, além dos jogos. Frequentadas por “visitantes que chegam à cidade”⁷¹ e pela elite local, segundo a revista, “as noites de arte da Pampulha continuam constituindo as notas de elegância na crônica social da cidade. Ali se reúnem as figuras mais expressivas no nosso ‘set’”.⁷² Grande parte das notas sociais sobre a Pampulha na revista referiam-se ao Cassino, o que pode ser explicado por se tratar do edifício que, particularmente, expressava as mudanças de

68 Um domingo na Pampulha. *Alterosa*, ano VI, n. 46, fev. 1944, p. 46.

69 Um domingo na Pampulha. *Alterosa*, ano VI, n. 46, fev. 1944, p. 47.

70 Um domingo na Pampulha. *Alterosa*, ano VI, n. 46, fev. 1944, p. 47.

71 Elegância mineira na Pampulha. *Alterosa*, ano VII, n. 68, dez. 1945, p. 169.

72 Elegância mineira na Pampulha. *Alterosa*, ano VII, n. 68, dez. 1945, p. 169.

costumes e as novas formas de sociabilidade disponibilizadas pelo conjunto de lazer e turismo (Bahia, 2011, p. 120). O mineiro afeito ao ambiente privado, como já mencionado, passava a se dar a ver em público. Uma conduta típica dos novos tempos, que parecia enfraquecer os costumes provincianos da capital. O Cassino proporcionava um “verdadeiro mostruário de modas e refinamento, onde as toilettes mais chics são exibidas em meio à série de atrações que a Pampulha promove todas as noites”.⁷³ Denise Marques Bahia (2011, p. 120) menciona que o projeto de Niemeyer, intencionalmente, criou para o lugar a espacialização e a transparência que permitiam ver e ser visto no teatro da vida social.

Entre as permanências e as lentas mudanças no refinamento dos modos provincianos, a nova sociabilidade materializava, em certa medida, o projeto moderno no imaginário social da cidade. Embora o conforto e as benesses do processo se dirigissem à elite e à sua legitimação enquanto classe distinta, o complexo arquitetônico da Pampulha tornou-se marco simbólico do progresso de Belo Horizonte, que celebrou com ela a chegada da “modernidade”, articulando o cultivo do corpo e a diversão.

Considerações finais

Belo Horizonte, uma metrópole moderna. Era o que proclamava a revista *Alterosa*. Até os anos 1941, as transformações urbanas e econômicas que a cidade vivenciava pareciam não ser suficientes para a mudança de sua imagem, que ainda necessitava preencher certas “lacunas” para afirmar-se como moderna. Essas lacunas foram vistas ao longo do texto e referiam-se, sobretudo, à esfera cultural. A partir de 1942, efetivamente, a publicação passou a construir e difundir o que seria a imagem ideal da capital mineira. A cidade republicana, planejada sob o ideário positivista, deveria representar e determinar o gosto, o modo, a estética e a cultura de Minas Gerais.

É possível afirmar que a ocupação gradativa do espaço público, ocasionada pelo adensamento populacional e a conseqüente expansão econômica, provocou o aumento da dinâmica de fluxos de bens e pessoas, fazendo emergir a sensação de vertigem devido à excitabilidade pública e à concretude da massa urbana. Esse era o cenário da capital mineira difundido nas páginas da revista durante o segundo processo de modernização que a cidade vivenciou. Em certa medida, essa construção condizia com a realidade do que ocorria na cidade,

73 Elegância mineira na Pampulha. *Alterosa*, ano VII, n. 68, dez. 1945, p. 169.

embora contivesse um discurso eufórico e positivo sobre as mudanças, procurando não apresentar as ambiguidades presentes nesse processo de modernização, em virtude da busca de representação da cultura mineira no estado e no país. A intensa transformação do espaço urbano, a expansão de sua infraestrutura e a criação e reorganização dos equipamentos urbanos, econômicos, sociais e culturais: tudo isso propiciou o afloramento de uma sensibilidade mais adequada ao imaginário moderno.

O que demarcou, de forma singular, o empreendimento apresentado na revista foi a presença de dois projetos ideológicos na condução da modernização da cidade e na familiarização de códigos considerados civilizados por seus moradores. Dentro da lógica capitalista de desenvolvimento econômico via industrialização, o Estado Novo, como articulador do mercado nacional, levava adiante o ideal de progresso da nação, apoiado por estratos da burguesia urbana que viam nos Estados Unidos o modelo civilizatório para o país. A abertura para o capital externo, precisamente as trocas econômicas e culturais entre Brasil e Estados Unidos, auxiliou a formação de um mercado consumidor composto, principalmente, pelos estratos médios que estavam em ascensão na cidade. Os novos padrões advindos do avanço científico-tecnológico engendraram a reconstrução do espaço urbano, do tempo e das relações sociais com vistas à integração do homem à metrópole que acabava de nascer.

Referências

- ANDRADE, Maria A. *Comunicação do luxo, moda e consumo: representações da tradição na cultura contemporânea*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ANDRADE, Rodrigo Ferreira. O sentido das coisas. In: MACHADO, Bernardo N. da M.; BARROS, José Márcio; PORTO, Marta (org). *O fim das coisas: as salas de cinema de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: PBH, 1995.
- ARREGUY, Cintia A. C.; RIBEIRO, Raphael R. *Histórias dos bairros de Belo Horizonte: regional Centro-Sul*. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.
- BAHIA, Denise Marques. *A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- BARROS, Gelka; FORTES, Rafael. A grande revista de Minas para todo o Brasil: o lançamento da *Alterosa* e a repercussão na imprensa belo-horizontina. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 15, n. 3, p. 185-201, 2021.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 137-166.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 167-178.
- CASTRO, Maria Ceres P. S. Estudo crítico e nota

- biográfica. In: LINHARES, J. N. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais; Editora UFMG, 1995. p. 15-41.
- CEDRO, Marcelo. A administração JK em Belo Horizonte e o diálogo com as artes plásticas e a memória: um laboratório para sua ação nos anos 1950 e 1960. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 127-142, jan./jun. 2007.
- CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas: a rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de F. (org.). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996. p. 183-230.
- DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. In: DEL PRIORI, Mary; MELO, Victor A. (org.). *História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 213-244.
- FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. Trabalho e lazer, as duas faces da moeda. In: FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada: publicidade, cultura do consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 53-86.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 53-72.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. v. 24. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14894.pdf>. Acesso em: 3 set. 2015.
- LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; DOS SANTOS, Maria Lucia; NOZABIELLI, Sônia Regina. O processo de afirmação da assistência social como política social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm. Acesso em: 25 ago. 2022.
- MELO, Victor A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. *Esporte e Sociedade*, n. 3, jul./out. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/esportesociedade/article/view/47997/27908>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2000.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. *200 anos da indústria gráfica no Brasil: trajetória em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Prefácio Comunicação, 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Relatórios dos exercícios de 1940 e 1941*. Prefeito Juscelino Kubitschek. Belo Horizonte: PBH, 1941.
- ROMITA, Arión Sayão. *Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 95-112.
- SALGUEIRO, Heliana A. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana A. (org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 135-181.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel. Juscelino Prefeito. In: *Juscelino Prefeito 1940-1945*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2002. p. 31-44.
- TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- UNIÃO Postal Pan-Americana. *Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos [s.d.]*. Disponível em: http://blog.correios.com.br/filatelia/?page_id=14876. Acesso em: 25 fev. 2015.
- VIEIRA, Ivone L. *A Escola Guignard: na cultura modernista de Minas (1944-1962)*. Pedro Leopoldo: Cesa, 1988.

Recebido em 30/9/2022
Aprovado em 23/1/2023